

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADO PRUDENCIAL

31 de Dezembro de 2018 e de 2017



**MERCANTIL
DO BRASIL**

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO PRUDENCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

ATIVO	MB Consolidado Prudencial		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	MB Consolidado Prudencial	
	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	5.240.518	5.291.108	CIRCULANTE	2.380.537	2.580.960
DISPONIBILIDADES	536.091	437.854	DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	1.533.531	1.381.500
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	1.095.550	1.033.169	Depósitos à Vista	274.369	260.445
Aplicações no Mercado Aberto	1.065.003	976.127	Depósitos de Poupança	194.471	179.484
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.547	57.042	Depósitos Interfinanceiros	28.060	50.862
			Depósitos a Prazo	1.036.631	890.709
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.)	36.948	140.395	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	75.228	206.836
Carteira Própria	11.181	68.540	Carteira de Terceiros (Nota 4.)	75.228	206.836
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	4.050	4.170			
Vinculados à Prestação de Garantias	21.717	33.787			
Vinculados ao Banco Central	-	33.898			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	87.534	93.329	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	216.780	396.370
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	257	163	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	216.780	396.370
Créditos Vinculados:			Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	-
Depósitos no Banco Central (Nota 6.)	87.277	93.148			
Correspondentes	-	18	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	160
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	6.525	9.186	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5	160
Transferências Internas de Recursos	6.525	9.186			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)	2.556.827	2.713.793	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	23.086	27.489
Operações de Crédito:			Recursos em Trânsito de Terceiros	23.086	27.489
Setor Privado	2.866.860	2.982.068			
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	34.787	92.490	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	-	1.861
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(344.820)	(360.765)	Outras Instituições	-	1.861
OUTROS CRÉDITOS	583.083	547.309	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	233	78
Carteira de Câmbio:			Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	233	78
Câmbio Comprado a Liquidar	67.082	87.389			
Direitos sobre Vendas de Câmbio	105	4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	531.674	566.666
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos)	(105)	(4)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 12.1.)	3.314	4.864
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.)	4.550	1.304	Carteira de Câmbio:		
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	3.966	4.775	Câmbio Vendido a Liquidar	105	4
Negociação e Intermediação de Valores	602	2.405	Obrigações por Compra de Câmbio	55.777	84.009
Diversos :			(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.)	(55.583)	(84.009)
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	190.889	265.244	Sociais e Estatutárias (Nota 12.2.)	22.511	21.717
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	13.472	18.137	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	33.772	28.308
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	6.874	23.158	Negociação e Intermediação de Valores	1.382	6.419
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	772	2.343	Diversas:		
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	287.151	94.745	Obrigações por Convênios Oficiais	191.446	198.550
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	48	60	Obrigações por Aquisições de Bens e Direitos	4.297	2.982
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.947	6.582	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	29.633	86.595
Devedores Diversos (Nota 8.7.)	39.663	85.296	Provisão para Pagamentos a Efetuar	41.941	37.144
Outros	2.396	2.669	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.)	2.298	2.198
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(37.329)	(46.798)	Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	26.757	26.469
OUTROS VALORES E BENS	337.960	316.073	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.)	8.142	5.289
Outros Valores e Bens (Nota 9.1.)	371.016	308.647	Credores Diversos - País (Nota 12.5.)	164.351	144.683
(Provisões para Desvalorizações)	(64.255)	(22.240)	Outras	1.531	1.444
Despesas Antecipadas (Nota 9.2.)	31.199	29.666			

ATIVO	MB Consolidado Prudencial		PASSIVO	MB Consolidado Prudencial	
	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
NÃO CIRCULANTE	4.352.567	4.432.484	NÃO CIRCULANTE	6.369.264	6.333.929
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.085.423	4.181.035	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.368.819	6.333.403
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	13.618	36.843	DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	5.207.834	5.095.098
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.618	36.843	Depósitos Interfinanceiros	18.079	5.543
			Depósitos a Prazo	5.189.755	5.089.555
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.)	1.137.256	1.013.121	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	21.435	140.654
Carteira Própria	749.382	766.592	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	21.435	140.654
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	21.140	9.278	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....	-	-
Vinculados a Prestação de Garantias	366.734	209.853	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	27	478
Vinculados ao Banco Central.....	-	27.398	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.).....	27	478
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)	2.299.074	2.470.294	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.139.523	1.097.173
Operações de Crédito :			Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	12	12
Setor Privado	2.576.362	2.694.865	Diversas:		
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	23.565	61.107	Provisão para Pagamentos a Efetuar	13.391	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(300.853)	(285.678)	Provisão para Outros Passivos (Nota 12.4.)	268.585	267.069
			Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	812	486
OUTROS CRÉDITOS	596.332	627.744	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	34.224	86.560
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	7.010	7.000	Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	514.144	513.471
Diversos :			Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.).....	281.900	207.620
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	337.391	310.625	Outras.....	26.455	21.955
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	5.100	2.162	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	445	526
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 8.2.)	215.998	227.807	Resultados de Exercícios Futuros	445	526
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	13.636	9.841	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	843.284	808.703
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	1.270	8.744	PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	43.182	42.413
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	25.794	71.827	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13.)	800.102	766.290
Devedores Diversos (Nota 8.7.).....	419	-	CAPITAL (Nota 13.1.)	492.708	492.708
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(10.286)	(10.282)	De Domiciliados no País	492.708	433.340
			Aumento de Capital	-	59.368
OUTROS VALORES E BENS	39.143	33.033	RESERVAS DE CAPITAL (Nota 13.2.)	43.375	43.375
Despesas Antecipadas (Nota 9.2.)	39.143	33.033	Reservas de Ágios por Subscrição de Ações	43.375	43.375
PERMANENTE	267.144	251.449	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO (Nota 13.3.)	134	142
INVESTIMENTOS	90.059	82.807	Coligadas e Controladas	134	142
Participações em Coligadas e Controladas - No País: (Nota 10.1.a.)			RESERVAS DE LUCROS (Nota 13.2.)	278.485	240.003
Controladas	136.375	129.547	Reserva Legal	64.841	62.171
Outros Investimentos	2.418	1.864	Reservas Estatutárias	213.644	177.832
(Provisões para Perdas) (Nota 10.1.b.).....	(48.734)	(48.604)	Para Pagamento de Dividendos	6.469	2.888
			Para Aumento de Capital	207.175	174.944
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10.2.)	129.584	128.687	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(14.600)	(9.938)
Imóveis de Uso	18.261	27.138	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.593.085	9.723.592
Outras Imobilizações de Uso	222.627	194.678			
(Depreciações Acumuladas)	(111.304)	(93.129)			
INTANGÍVEL (Nota 10.3.)	47.501	39.955			
Ativos Intangíveis	124.096	111.583			
(Amortização Acumulada)	(76.595)	(71.628)			
TOTAL DO ATIVO	9.593.085	9.723.592			

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o 2º semestre de 2018 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

	MB Consolidado Prudencial		
	2º Semestre	Exercícios	
	2018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.139.376	2.352.734	2.822.048
Operações de Crédito (Nota 17.1.).....	984.883	2.028.701	2.220.692
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	81.510	145.605	245.134
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.).....	(2.612)	49.828	(461)
Resultado de Operações de Câmbio	5.175	23.800	8.200
Resultado das Aplicações Compulsórias	4.287	11.671	20.184
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	66.133	93.129	328.299
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(520.072)	(1.139.897)	(1.516.497)
Operações de Captação no Mercado (Nota 17.2.)	(252.896)	(568.185)	(784.638)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.864)	(8.413)	(654)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.)	(7.916)	(18.577)	(46.901)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.2.).....	(257.396)	(544.722)	(684.304)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	619.304	1.212.837	1.305.551
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(514.513)	(1.013.210)	(1.185.056)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18.1.)	128.170	253.517	245.495
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas	16.857	37.274	40.027
Rendas de Tarifas Bancárias	111.313	216.243	205.468
Despesas de Pessoal (Nota 18.2.).....	(207.463)	(395.891)	(402.859)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18.3.).....	(277.385)	(548.265)	(646.125)
Despesas Tributárias (Nota 18.4.)	(54.873)	(110.632)	(120.887)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10.1.)	4.897	9.423	10.310
Equivalência Patrimonial	4.897	9.423	10.310
Outras Receitas Operacionais	30.162	52.592	69.187
Variações Monetárias Ativas (Nota 18.5.).....	5.174	10.058	17.270
Recuperação de Encargos e Despesas	4.396	8.426	7.636
Reversão de Provisões	4.313	8.974	27.105
Outras Receitas (Nota 18.6.)	16.279	25.134	17.176
Outras Despesas Operacionais	(138.021)	(273.954)	(340.177)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(593)	(1.646)	(4.017)
Descontos Concedidos (Nota 18.7.).....	(32.980)	(61.902)	(120.800)
Variações Monetárias Passivas	(1.319)	(2.919)	(5.908)
Apropriação Indébita.....	(195)	(827)	(3.531)
Despesas de Caráter Eventual (Nota 18.8.).....	(17.959)	(43.375)	(34.952)
Outras Despesas (Nota 18.9.)	(84.975)	(163.285)	(170.969)
RESULTADO OPERACIONAL	104.791	199.627	120.495
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19.)	(34.945)	(64.583)	(49.496)
Receitas	25.335	29.744	15.681
Despesas	(60.280)	(94.327)	(65.177)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	69.846	135.044	70.999
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20.)	(35.470)	(66.435)	(33.478)
Provisão para Imposto de Renda	(3.571)	(9.127)	(1.052)
Provisão para Contribuição Social	(2.522)	(7.020)	(817)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.1.b.).....	(29.377)	(50.288)	(31.609)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(5.688)	(10.690)	(9.472)
Administradores.....	(1.431)	(1.431)	(1.710)
Empregados	(4.257)	(9.259)	(7.762)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	(2.809)	(4.516)	(1.805)
LUCRO LÍQUIDO (Nota 13.2.)	25.879	53.403	26.244

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO PRUDENCIAL - MÉTODO INDIRETO

Para o 2º semestre de 2018 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

	MB Consolidado Prudencial		
	2º Semestre	Exercícios	
	2018	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	69.846	135.044	70.999
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	333.684	707.902	773.611
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas.....	28.332	140.947	56.184
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	1.273	(64.414)	(1.981)
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(8.358)	(9.073)	(17.083)
Despesas com Provisão / (Reversão) Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	9.399	10.959	1.546
Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas.....	(15)	426	(838)
Provisão / (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	257.396	544.722	684.304
Provisão / (Reversão) para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	15.546	42.015	15.132
Depreciações e Amortizações.....	19.720	37.904	32.364
Atualizações Monetárias Ativas.....	(5.174)	(10.058)	(17.270)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(4.897)	(9.423)	(10.310)
Perda de Ativo Diferido e Intangível.....	28	108	368
Perda / (Ganho) na Alienação de Bens e Investimentos.....	17.595	21.016	32.940
Resultado da Participação Minoritária nas Controladas.....	2.809	4.516	1.805
Perda / (Ganho) de Capital em Controlada.....	(117)	(2.242)	(4.185)
Outros.....	147	499	635
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	403.530	842.946	844.610
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	79.553	181.328	50.460
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(21.217)	(88.860)	167.285
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	6.914	5.640	25.880
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	14.867	(1.742)	(13.396)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(261.539)	(351.748)	(486.348)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	(118.718)	(44.876)	11.602
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	(24.202)	(7.971)	25.371
Aumento (Redução) em Depósitos.....	638.622	264.767	(551.079)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(69.004)	(131.608)	(42.219)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(93.086)	(298.809)	(64.868)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(1.861)	(1.861)	1.861
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	98.390	(16.210)	(114.775)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(33)	(81)	(127)
Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais.....	652.216	350.915	(145.743)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(5.148)	(12.070)	(12.413)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais.....	647.068	338.845	(158.156)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de Ativos Disponíveis para Venda.....	454.429	537.364	9
Alienação de Ativos Mantidos até o Vencimento.....	62.657	100.192	49.777
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	37.194	52.781	57.325
Alienação de Imobilizado de Uso.....	18	8.532	15
Alienação de Investimentos.....	-	14	94
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	(423.666)	(469.530)	(227.719)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	(54.614)	(92.775)	(53.987)
Aquisição de Investimentos.....	(460)	(462)	(102)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(16.867)	(34.721)	(34.070)
Aplicações no Diferido / Intangível.....	(12.325)	(21.390)	(15.660)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento.....	46.366	80.005	(224.318)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior.....	(109.144)	(133.297)	(48.244)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	(4.551)	(8.012)	(6.943)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos.....	-	(2.430)	(12.386)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	46.124	48.157	23.713
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	(11)	(14.079)	(7.839)
Aumento de Capital - AGE 27/11/2017.....	-	-	60.000
Aumento de Capital / (Cancelamento) Acionistas não Controladores.....	-	459	(147.099)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento.....	(67.582)	(109.202)	(138.798)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	625.852	309.648	(521.272)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do período Semestre/Exercício.....	891.656	1.207.145	1.711.334
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	8.358	9.073	17.083
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do período Semestre/Exercício.....	1.525.866	1.525.866	1.207.145
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	625.852	309.648	(521.272)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PRUDENCIAL

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO	LUCROS	PARTICIPAÇÃO DOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVALIAÇÃO	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	PATRIMONIAL	ACUMULADOS	NÃO CONTROLADORES	CONSOLIDADO
			CONTROLADAS							
SALDOS EM 01/01/2017	433.340	-	42.743	151	60.858	168.168	(4.920)	-	193.280	893.620
AUMENTO DE CAPITAL - RCA 07/08/2017	-	59.368	632	-	-	-	-	-	-	60.000
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(5.018)	-	-	(5.018)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(9)	-	-	-	9	-	-
PROVISÃO GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS (Res. 4.512/16).....	-	-	-	-	-	-	-	(2.113)	-	(2.113)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	26.244	-	26.244
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.867)	(150.867)
DESTINAÇÕES:										
Reservas	-	-	-	-	1.313	9.664	-	(10.977)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(13.163)	-	(13.163)
SALDOS EM 31/12/2017	433.340	59.368	43.375	142	62.171	177.832	(9.938)	-	42.413	808.703
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	59.368	632	(9)	1.313	9.664	(5.018)	-	(150.867)	(84.917)
SALDOS EM 01/01/2018	433.340	59.368	43.375	142	62.171	177.832	(9.938)	-	42.413	808.703
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 27/11/2017, Homologado pelo Banco Central do Brasil, em 17/08/2018	59.368	(59.368)	-	-	-	-	-	-	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(4.662)	-	-	(4.662)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(8)	-	-	-	8	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	-	53.403	-	53.403
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	769	769
DESTINAÇÕES:										
Reservas	-	-	-	-	2.670	35.812	-	(38.482)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(14.929)	-	(14.929)
SALDOS EM 31/12/2018	492.708	-	43.375	134	64.841	213.644	(14.600)	-	43.182	843.284
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	59.368	(59.368)	-	(8)	2.670	35.812	(4.662)	-	769	34.581
SALDOS EM 01/07/2018	433.340	59.368	43.375	138	63.547	203.984	(10.495)	-	42.061	835.318
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 27/11/2017, Homologado pelo Banco Central do Brasil, em 17/08/2018	59.368	(59.368)	-	-	-	-	-	-	-	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(4.105)	-	-	(4.105)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	25.879	-	25.879
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	1.121	1.121
DESTINAÇÕES:										
Reservas	-	-	-	-	1.294	9.660	-	(10.954)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	(14.929)	-	(14.929)
SALDOS EM 31/12/2018	492.708	-	43.375	134	64.841	213.644	(14.600)	-	43.182	843.284
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	59.368	(59.368)	-	(4)	1.294	9.660	(4.105)	-	1.121	7.966

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 153 agências e 76 Postos de Atendimento, uma agência no exterior, em *Grand Cayman*, e um quadro de 2.889 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras no conglomerado prudencial incluem os saldos contábeis da agência no exterior descrito na nota nº 2.3.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas, dentre outras normas, à Circular Bacen nº 3.701/14 e à Resolução CMN nº 4.280/13 que instituiu as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos do art. 1º e 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, contemplam o Banco e empresas financeiras, relacionadas abaixo:

Empresas Consolidadas

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Dez / 2018	Dez / 2017
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽ⁱ⁾	Banco de investimento	91,52	78,78
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,61	85,60
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽ⁱ⁾	Securitizadora de crédito	100,00	100,00

O Banco Mercantil de Investimentos S.A., por Reunião do Conselho de Administração, de 11 de dezembro de 2017, deliberou o aumento de capital social no valor de R\$ 60.000, com emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 20,00 reais por ação. Neste contexto, o Banco Mercantil do Brasil S.A. subscreveu e integralizou 2.977.048 ações, perfazendo o investimento no montante de R\$ 59.540. O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 04 de maio de 2018. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.bancobmi.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Foram excluídas destas demonstrações as seguintes empresas controladas que, no entanto, são consolidadas pelas práticas contábeis aplicáveis para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Empresas não Consolidadas

Empresa	Atividade	Participação - %	
		Dez / 2018	Dez / 2017
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (Controlada Indireta)	Corretagem de Seguros	76,07	76,07
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

2.3. Agência no exterior

O Banco iniciou as operações de sua agência (*full branch*) em *Grand Cayman*, em dezembro de 2006, com o objetivo de desenvolver e expandir novas atividades relacionadas ao mercado de capitais nacional e internacional, viabilizando novos fluxos e estoques financeiros, administração de ativos e operações estruturadas nesse segmento, funcionando, em essência, como uma extensão das atividades do Banco.

Os saldos contábeis da agência são como segue:

Descrição	R\$ mil		US\$ mil	
	Dez / 2018	Dez / 2017	Dez / 2018	Dez / 2017
Ativos circulante e não circulante	58.135	48.571	15.003	14.685
Disponibilidades	733	430	189	130
Títulos e valores mobiliários	-	8.602	-	2.601
Operações de crédito	57.383	39.523	14.809	11.949
Outros valores e bens	4	3	1	1
Permanente	15	13	4	4
Passivos circulante e não circulante	1	1	-	-
Outras obrigações	1	1	-	-
Patrimônio líquido	58.134	48.570	15.003	14.685
Lucro líquido dos exercícios	9.564	1.349	2.480	408

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As informações financeiras da agência no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais, que é a moeda funcional do Banco, pela taxa de câmbio de fechamento do balanço.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 3,8748 (Em 31 de dezembro de 2017: US\$ 1,00 = R\$ 3,3074).

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- a) Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- c) Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção *hedge* ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada,

a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- a) Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b) Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- c) Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- d) Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00% sobre o lucro tributável até agosto de 2015, sendo majorada para 20% a partir de setembro de 2015, prevalecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei nº 13.169/15. Impostos diferidos provenientes de diferenças

temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentação complementar.

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas, são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, nas rubricas de despesas e de receitas financeiras, respectivamente, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, procede-se da seguinte forma:

- a) Os juros sobre o capital próprio pagos e a pagar são eliminados das despesas financeiras e são apresentados a débito de lucros acumulados.
- b) Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reclassificados para a rubrica de “Resultado da Equivalência Patrimonial”. O saldo de juros sobre o capital próprio a receber é registrado na rubrica de “Rendas a Receber”.

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

2.5. Reclassificação de Cifras Comparativas

Os ajustes relativos a reclassificações em dezembro de 2017, na Demonstração do Fluxo de Caixa, são como segue:

Descrição	Original	Reclassificações	Reclassificado
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades Operacionais	(193.586)	35.430	(158.156)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento	(188.888)	(35.430)	(224.318)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Financiamento	(138.798)	-	(138.798)
(Redução) no Caixa e Equivalente de Caixa	(521.272)	-	(521.272)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Disponibilidades	536.091	437.854
Aplicações interfinanceiras de liquidez	989.775	769.291
Total	1.525.866	1.207.145

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	989.775	769.291
Letras Financeiras do Tesouro	197.012	95.022
Letras do Tesouro Nacional	692.764	107.835
Notas do Tesouro Nacional	99.999	566.434
Posição financiada	75.228	206.836
Letras Financeiras do Tesouro	52.993	162.013
Letras do Tesouro Nacional	22.235	44.823
Subtotal	1.065.003	976.127
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	44.165	93.885
Subtotal	44.165	93.885
Total	1.109.168	1.070.012
Circulante	1.095.550	1.033.169
Não circulante	13.618	36.843

A posição financiada tem como contrapartida no passivo “captação no mercado aberto” que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Custo		Mercado	
	Dez / 2018	Dez / 2017	Dez / 2018	Dez / 2017
Títulos para Negociação				
Ações	2.250	2.250	-	-
Indeterminado	2.250	2.250	-	-
Total	2.250	2.250	-	-
Títulos Disponíveis para Venda				
Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação	4.300	4.042	4.300	4.042
De 5 a 10 anos	4.300	4.042	4.300	4.042
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	9.460	-	9.365	-
De 181 dias a 1 ano	1.856	-	1.837	-
De 1 a 2 anos	7.604	-	7.528	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	8.551	-	8.509	-
De 61 a 90 dias	179	-	178	-
De 181 dias a 1 ano	465	-	463	-
De 2 a 3 anos	1.403	-	1.396	-
De 4 a 5 anos	1.667	-	1.659	-
De 5 a 10 anos	4.837	-	4.813	-
LFT	1.073.819	1.083.039	1.074.190	1.083.590
De 31 a 60 dias	23.088	5.199	23.088	5.199
De 181 dias a 1 ano	-	109.288	-	109.279
De 1 a 2 anos	270.830	114.570	270.797	114.544
De 2 a 3 anos	150.338	296.673	150.360	296.631
De 3 a 4 anos	320.710	256.075	321.018	256.231
De 4 a 5 anos	-	301.234	-	301.706
De 5 a 10 anos	308.853	-	308.927	-
Debêntures	40.262	45.014	38.499	43.834
De 61 a 90 dias	707	1.462	685	1.418
De 181 dias a 1 ano	6.851	11.972	6.646	11.726
De 1 a 2 anos	-	2.766	-	2.739
De 2 a 3 anos	24.381	17.921	23.582	17.384
De 3 a 4 anos	1.351	623	1.311	605
De 4 a 5 anos	6.972	10.270	6.275	9.962
Total	1.136.392	1.132.094	1.134.863	1.131.465
Mantidos até o Vencimento				
BONDS	-	8.602	-	8.602
Até 30 dias	-	8.602	-	8.602
Debêntures	9.912	-	9.912	-
De 2 a 3 anos	9.912	-	9.912	-
Fundo de investimentos em direitos creditórios	4.239	-	4.239	-
De 5 a 10 anos	4.239	-	4.239	-
Total	14.151	8.602	14.151	8.602
Total Geral	1.152.793	1.142.946	1.149.014	1.140.068
Total Contábil	-	-	1.149.014	1.140.068
Circulante	-	-	32.898	136.225
Não circulante	-	-	1.116.116	1.003.843

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3.

Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3 no último dia útil do mês.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's) referem-se a cotas subordinadas adquiridas pela controlada "Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

As debêntures classificadas na categoria mantidos até o vencimento são da espécie subordinadas, de emissão de securitizadora de mercado. São registradas utilizando-se o "PU" apurado através de metodologia interna que tem como componentes a inadimplência efetiva da carteira de crédito da securitizadora, bem como parâmetros de mercado para suas aplicações em títulos e valores mobiliários.

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 388.451 (R\$ 243.640 em dezembro de 2017), representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (Vide nota nº 8.3.(I)).

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para Negociação" são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio, de taxa de juros e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "V@R" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação				Valor Patrimonial			
	Valor de referência		Valor justo		A receber		A pagar	
	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017	Dez/2018	Dez/2017
Contrato de Swap⁽ⁱ⁾								
Posição ativa	346.144	354.647	411.300	414.685	25.190	13.448	(260)	(556)
Moeda estrangeira - Dólar								
Posição passiva	346.144	354.647	386.370	401.793	25.190	13.448	(260)	(556)
Taxas – (CDI)	283.656	265.541	310.010	309.629	18.018	11.839	(260)	(556)
Prefixado	62.488	89.106	76.360	92.164	7.172	1.609	-	-
Contrato de Futuro - Dólar⁽ⁱⁱ⁾								
Posição ativa	-	13.263	-	13.263	-	-	-	-
Moeda estrangeira								
Posição passiva	8.727	-	8.727	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira								
Contrato de Futuro – DI⁽ⁱⁱⁱ⁾								
Posição passiva	984.455	653.597	984.455	653.597	-	-	-	-
Taxa de Juros								
Total					25.190	13.448	(260)	(556)
Circulante					4.050	4.170	(233)	(78)
Não circulante					21.140	9.278	(27)	(478)

⁽ⁱ⁾ As operações de swap têm como objetivo a proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas (Vide nota nº 11.3.).

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado diariamente e ajustadas na B3.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento são como segue:

Descrição	Mercado de registro	Faixa de Vencimento			Valor referencial
		De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Swap	B3	12.107	11.659	322.378	346.144
Contrato de Futuro - Dólar		8.727	-	-	8.727
Contrato de Futuro – DI		-	-	984.455	984.455
Total em 31/12/2018		20.834	11.659	1.306.833	1.339.326
Total em 31/12/2017		25.938	12.274	983.295	1.021.507

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Dez / 2018			Dez / 2017		
	Ganho	Perda	Resultado líquido	Ganho	Perda	Resultado líquido
Contrato de Swap	87.969	(30.203)	57.766	28.824	(26.871)	1.953
Contrato de Futuro - Dólar	1.306	(765)	541	9.054	(9.785)	(731)
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱ⁾	1.787	(10.266)	(8.479)	1.073	(2.756)	(1.683)
Total	91.062	(41.234)	49.828	38.951	(39.412)	(461)

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

Para parte das captações no exterior e para parte da Carteira de Ativos o Banco realiza *hedge accounting*, visando eliminar a exposição ao risco de variação cambial e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

A efetividade das operações de *hedge accounting* (conforme Circular Bacen nº 3.082/02) são verificadas através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação cambial nas operações de *hedge accounting* é equivalente ao gerado nas operações objeto de *hedge*.

Objeto de Hedge	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Dez / 2018	Dez / 2017	Dez / 2018	Dez / 2017
Captação Externa - Passivo	407.817	420.186	400.726	419.743
Carteira de Ativos	937.054	-	941.332	-
Total	1.344.871	420.186	1.342.058	419.743

Instrumento de Hedge	Valor de referência		Valor justo	
	Dez / 2018	Dez / 2017	Dez / 2018	Dez / 2017
Contrato de Swap				
Posição ativa				
Moeda estrangeira	346.144	354.647	411.300	414.685
Posição passiva	346.144	354.647	386.370	401.793
Taxas – (CDI)	283.656	265.541	310.010	309.629
Prefixado	62.488	89.106	76.360	92.164
Contrato de Futuro – DI				
Posição passiva				
Taxa de Juros	941.333	-	941.333	-

Nos exercícios, não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.3. Instrumento de Hedge não Derivativo

O Banco utiliza suas posições ativas representadas por operações de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e investimentos no exterior (Patrimônio Líquido da Agência em Cayman) como *hedge* natural de uma parcela da captação externa, de modo a garantir adequada proteção contra risco cambial.

A utilização do *hedge* natural permite uma redução das posições de derivativos e, conseqüentemente, dos riscos envolvidos, dos custos operacionais e financeiros decorrentes da manutenção destas posições.

Nesta estrutura, os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos e passivos.

Instrumentos Financeiros de Proteção não Derivativos - Hedge Natural				
Tipo	Natureza	Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Objeto de <i>hedge</i>	Passivo	Captação Externa	130.968	111.810
Total			130.968	111.810
<i>Hedge</i> Natural	Ativo	Investimento no Exterior ⁽¹⁾	100.218	85.558
		Operações Ativas - ACC	30.994	26.459
Total			131.212	112.017

⁽¹⁾ Já considerando o efeito fiscal do *hedge* do investimento no exterior.

5.4. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, mensurados a valor justo pela administração.

Foram então considerados os Derivativos, a Captação Externa (Dívida Subordinada) e os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias disponível para venda e negociação. Em razão das altas volatilidades do comportamento das taxas de câmbio, a Instituição optou por proteger o descasamento gerado pela moeda estrangeira via Mercado Futuro.

Adicionalmente, cabe destacar que, no 4º trimestre de 2018, o Mercantil do Brasil posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o derivativo foi classificado como *Hedge Accounting* que é um instrumento utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, possibilitando reduzir, e em alguns casos até mesmo eliminar, a instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) da captação externa, ao risco de taxas de juros para proteção de posições prefixadas e demais posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que teve como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de um ano, o dólar a R\$ 3,85 e a taxa de juros a 6,57 % ao ano.

Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2018 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 4,84 e a taxa de juros 8,19% ao ano.

Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 31/12/2018 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 5,81 e a taxa de juros 9,82% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do valor justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I ^(II)	II	III
Captação Externa com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa <i>swap</i>)	(2.472)	98.140	196.280
		Dívida em USD	2.534	(100.606)	(201.212)
		Efeito Líquido	62	(2.466)	(4.932)
	Cupom Cambial ^(I)	Derivativo (ponta ativa <i>swap</i>)	(800)	(4.961)	(9.837)
		Dívida em USD	549	3.420	6.771
		Efeito Líquido	(251)	(1.541)	(3.066)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva <i>swap</i>)	(81)	(1.860)	(3.646)
Taxa de Juros Prefixada(% CDI)	Derivativo (ponta passiva <i>swap</i>)	120	(2.968)	(6.061)	
Exposição Cambial com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa futuro)	204	1.695	3.390
		Descasamento em USD	(272)	(2.181)	(4.363)
		Efeito Líquido	(68)	(486)	(973)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	-	(9)	(16)
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada	Operações de Crédito (ponta ativa)	185	15.045	30.151
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(184)	(15.073)	(30.341)
		Efeito Líquido	1	(28)	(190)
Títulos e Valores Mobiliários	Renda Fixa	Debêntures	(6.710)	(9.625)	(19.249)
		CRI	(85)	(2.127)	(4.254)
		CRA	(281)	(2.342)	(4.683)
		Total sem correlação	-	(23.452)	(47.070)
Total com correlação	(7.293)	(21.388)	(42.682)		
Total com correlação líquido dos impactos fiscais	(4.376)	(12.833)	(25.609)		

^(I) A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e na dívida são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

^(II) Os efeitos do cenário I, por este estar baseado em projeções de mercado, já consideram a correlação entre as variações dos fatores de risco.

O quadro evidencia a importância do *hedge* da captação externa, já que os significativos efeitos no resultado provenientes das variações, principalmente do dólar nos cenários II e III, no valor desta dívida é praticamente neutralizado pelos efeitos em sentido contrário na ponta ativa do *swap*. Ressalta-se que a referida proteção não atingiu sua completude devido a um distanciamento natural entre o *hedge* e seu objeto, não atingindo assim uma proteção perfeita.

Ressalta-se que essa análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. O Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa nº 22.), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados, no conglomerado prudencial, são como segue:

Recolhimentos compulsórios	Dez / 2018	Dez / 2017
Sobre depósitos à vista	-	61.257
Sobre depósitos de poupança	82.420	24.794
Direcionamento microcrédito	4.857	5.236
Direcionamento crédito rural	-	1.861
Total – Circulante	87.277	93.148

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Operações de crédito	5.501.574	5.830.530
Devedores por compra de valores e bens	18.572	20.299
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	4.550	1.304
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	55.583	84.009
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 8.5.)	72.144	74.864
Total	5.652.423	6.011.006
Circulante	3.047.396	3.252.872
Não circulante	2.605.027	2.758.134

7.2. Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos:

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Com característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos exercícios	693.739	766.691
Constituição de provisão	883.041	1.153.820
Reversão de provisão	(338.948)	(469.851)
Baixa	(554.937)	(756.921)
Saldos no final dos exercícios	682.895	693.739
Sem característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos exercícios	9.764	9.429
Constituição de provisão	629	2.135
Reversão de provisão	-	(1.800)
Saldos no final dos exercícios	10.393	9.764
Efeito no resultado	544.722	684.304
Total	693.288	703.503
Circulante	382.149	407.563
Não circulante	311.139	295.940

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, é como segue:

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	130	474
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	47	31
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.118	878
Outras fianças bancárias	1.815	1.301
Total	3.110	2.684
Circulante	2.298	2.198
Não circulante	812	486

7.3. Classificação de nível de risco para as operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica							Total		PCLD	
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços		Total				
	Normal	Anormal		Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal					
				Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Total	Dez / 2018	Dez / 2017	Dez / 2018	Dez / 2017
AA	226.571	-	226.571	473.469	-	1.345	-	29.646	-	504.460	731.031	463.833	-	-
A	3.125.360	-	3.125.360	70.222	-	3.401	-	85.130	-	158.753	3.284.113	3.401.667	16.413	17.000
B	50.945	68.253	119.198	85.073	48	26.449	464	65.497	497	178.028	297.226	516.690	2.973	5.167
C	6.962	30.366	37.328	6.311	2.708	22.431	566	73.352	6.455	111.823	149.151	207.983	4.474	6.239
D	30.939	29.417	60.356	69.415	19.569	15.822	3.091	113.717	11.995	233.609	293.965	437.068	29.396	43.707
E	28.219	36.076	64.295	36.772	21.648	3.341	4.275	65.918	21.755	153.709	218.004	304.625	65.399	91.387
F	2.816	26.056	28.872	89.165	19.518	489	2.509	23.238	13.801	148.720	177.592	232.538	88.795	116.269
G	4.618	25.228	29.846	46.602	807	480	2.714	5.051	826	56.480	86.326	108.774	60.430	76.142
H	48.990	204.736	253.726	29.540	50.605	4.627	18.882	38.376	19.259	161.289	415.015	337.828	415.015	337.828
Total	3.525.420	420.132	3.945.552	906.569	114.903	78.385	32.501	499.925	74.588	1.706.871	5.652.423	6.011.006	682.895	693.739

Operações de Crédito Normal – operações com créditos a vencer ou vencidos até 14 dias.

Operações de Crédito Anormal – operações de crédito com 15 ou mais dias de vencidos.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Classificação por Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
Parcelas vincendas	731.031	3.278.149	227.250	107.797	228.076	133.111	114.671	56.676	120.584	4.997.345	88,41
01 a 30 dias	15.715	396.646	32.731	13.445	11.189	3.405	7.837	365	14.197	495.530	8,77
31 a 60 dias	96.998	189.709	33.561	32.852	13.998	3.881	692	386	5.749	377.826	6,68
61 a 90 dias	14.333	175.135	9.319	5.300	7.135	3.422	890	326	1.511	217.371	3,85
91 a 180 dias	5.423	447.314	25.868	10.045	21.134	14.405	85.868	1.036	31.595	642.688	11,37
181 a 360 dias	39.599	633.104	36.071	15.960	42.957	36.897	2.930	7.899	9.737	825.154	14,60
Acima de 360 dias	558.963	1.436.241	89.700	30.195	131.663	71.101	16.454	46.664	57.795	2.438.776	43,14
Vencidas até 14 dias	-	5.964	714	1.259	1.817	1.139	1.037	75	949	12.954	0,23
Total em 31/12/2018	731.031	3.284.113	227.964	109.056	229.893	134.250	115.708	56.751	121.533	5.010.299	88,64
%	12,93	58,10	4,03	1,93	4,07	2,38	2,05	1,00	2,15	88,64	-
Total em 31/12/2017	463.833	3.401.667	453.982	130.289	264.149	180.381	180.941	29.119	43.110	5.147.471	85,63
%	7,72	56,59	7,55	2,17	4,39	3,00	3,01	0,48	0,72	85,63	-
Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	60.853	28.763	51.254	63.392	38.540	14.720	125.518	383.040	6,78
01 a 30 dias	-	-	4.544	2.507	2.908	3.030	1.740	1.113	6.392	22.234	0,39
31 a 60 dias	-	-	4.275	2.294	2.739	3.088	1.651	1.035	6.152	21.234	0,38
61 a 90 dias	-	-	3.885	1.894	2.458	2.504	1.587	898	5.353	18.579	0,33
91 a 180 dias	-	-	10.103	4.916	7.170	9.615	4.196	2.204	17.641	55.845	0,99
181 a 360 dias	-	-	14.690	6.191	10.415	11.092	6.616	3.067	37.411	89.482	1,58
Acima de 360 dias	-	-	23.356	10.961	25.564	34.063	22.750	6.403	52.569	175.666	3,11
Parcelas vencidas	-	-	8.409	11.332	12.818	20.362	23.344	14.855	167.964	259.084	4,58
01 a 14 dias	-	-	-	439	483	650	538	104	1.330	3.544	0,06
15 a 30 dias	-	-	8.118	3.685	2.706	3.247	1.666	1.520	8.388	29.330	0,52
31 a 60 dias	-	-	291	6.585	3.785	4.441	2.256	1.677	10.683	29.718	0,53
61 a 90 dias	-	-	-	414	4.547	3.237	3.185	1.741	12.216	25.340	0,45
91 a 180 dias	-	-	-	209	1.297	8.190	13.821	8.255	58.294	90.066	1,59
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	597	1.878	1.558	67.820	71.853	1,27
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	9.233	9.233	0,16
Total em 31/12/2018	-	-	69.262	40.095	64.072	83.754	61.884	29.575	293.482	642.124	11,36
%	-	-	1,23	0,71	1,13	1,48	1,09	0,52	5,20	11,36	-
Total em 31/12/2017	-	-	62.708	77.694	172.919	124.244	51.597	79.655	294.718	863.535	14,37
%	-	-	1,04	1,29	2,88	2,07	0,86	1,33	4,90	14,37	-
Total Geral											
Total em 31/12/2018	731.031	3.284.113	297.226	149.151	293.965	218.004	177.592	86.326	415.015	5.652.423	100,00
%	12,93	58,10	5,26	2,64	5,20	3,86	3,14	1,52	7,35	100,00	-
Total em 31/12/2017	463.833	3.401.667	516.690	207.983	437.068	304.625	232.538	108.774	337.828	6.011.006	100,00
%	7,72	56,59	8,59	3,46	7,27	5,07	3,87	1,81	5,62	100,00	-

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	Dez / 2018	%	Dez / 2017	%
Pessoa Física	3.945.552	69,80	3.956.851	65,83
Pessoa Jurídica	1.706.871	30,20	2.054.155	34,17
Construção civil	383.233	6,78	308.220	5,13
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	155.412	2,75	213.496	3,55
Biocombustíveis e açúcar	151.111	2,67	136.091	2,26
Siderurgia	93.104	1,65	143.582	2,39
Prestação de Serviços	117.150	2,07	138.195	2,30
Materiais de Construção	67.612	1,20	90.149	1,50
Transporte de cargas e logística	51.658	0,91	95.051	1,58
Alimentos	74.939	1,33	99.963	1,66
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	106.316	1,88	102.102	1,70
Soja	46.765	0,83	47.471	0,79
Outros	459.571	8,13	679.835	11,31
Total geral	5.652.423	100,00	6.011.006	100,00

d) Composição da carteira por produto

Produtos	Dezembro de 2018											Dezembro de 2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Crédito Consignado INSS	3	1.428.840	44.242	5.064	4.117	3.460	2.925	2.523	20.728	1.511.902	26,75	1.331.278	22,15
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.034.473	28.491	19.090	18.346	22.850	16.310	17.253	102.262	1.259.075	22,27	1.448.710	24,10
Capital de Giro	190.855	102.659	102.970	97.714	80.681	52.723	42.410	45.533	15.420	730.965	12,93	713.839	11,88
Renegociação	-	-	-	-	144.617	106.185	47.174	13.848	154.829	466.653	8,26	551.398	9,17
Crédito Rural	300.506	3.351	40.560	631	8.711	23.988	-	125	59.626	437.498	7,74	453.114	7,54
Crédito Consignado Público	-	270.662	24.756	587	4.699	1.036	916	829	5.534	309.019	5,47	475.034	7,90
Cartão de Crédito Consignado	-	254.911	608	394	397	494	360	335	4.916	262.415	4,64	203.380	3,38
Crédito Imobiliário	91.428	8.017	9.308	2.759	1.796	720	133	2.515	969	117.645	2,08	128.906	2,14
Cheque Especial	88.730	19.474	1.085	416	-	-	-	-	-	109.705	1,94	95.324	1,59
Conta Garantida	34.769	-	-	-	-	-	60.133	-	-	94.902	1,68	175.856	2,93
Câmbio	234	52.489	3.244	4.335	2.457	4.457	4.131	2.345	20.862	94.554	1,67	85.313	1,42
Cartão de Crédito	18.275	19.882	19.516	9.470	4.362	500	-	368	1.438	73.811	1,31	85.252	1,42
Cheque Empresa	830	58.365	2.983	1.367	1.294	469	373	417	3.714	69.812	1,24	134.648	2,24
Crédito Pessoal	96	7.435	16.365	446	3.861	401	70	10	17.559	46.243	0,82	67.495	1,12
Financiamento Veículos - CDC	13	4.598	1.971	5.468	97	77	27	4	1.829	14.084	0,25	23.482	0,39
Outros	5.292	18.957	1.127	1.410	18.530	644	2.630	221	5.329	54.140	0,95	37.977	0,63
Total geral	731.031	3.284.113	297.226	149.151	293.965	218.004	177.592	86.326	415.015	5.652.423	100,00	6.011.006	100,00

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que rendem juros médios ponderados de 1,27% ao ano e representam 5,19%, do total da carteira de operação de crédito, sendo o valor do principal de R\$ 292.328 e dos juros de R\$ 929, totalizando R\$ 293.257 em dezembro de 2018. Em dezembro de 2017, o valor do principal era R\$ 278.173 e dos juros de R\$ 1.007, totalizando R\$ 279.180.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

O Banco possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios (Operações cedidas com coobrigação), conforme abaixo. Nessas operações, o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados de conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 22.), e retém como benefícios econômicos as receitas apuradas nas operações de cessão de crédito.

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	58.352	153.597
Circulante	34.787	92.490
Não circulante	23.565	61.107
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	63.857	173.155
Circulante	29.633	86.595
Não circulante	34.224	86.560

No exercício, o Banco apurou receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, no montante de R\$ 93.129 (R\$ 328.299 em dezembro de 2017), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 443.818 (R\$ 1.320.148 em dezembro de 2017), a valor presente.

No exercício, as despesas com as operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 18.577 (R\$ 46.901 em dezembro de 2017).

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Créditos tributários

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Imposto de Renda		
Base de Cálculo	1.300.122	1.347.830
Prejuízo fiscal	84.376	98.616
Diferenças temporárias	1.215.746	1.249.214
Total do efeito do IR	325.030	336.958
Contribuição Social		
Base de Cálculo	1.307.081	1.353.408
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	1.215.745	684.237
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	-	564.977
Base negativa à alíquota de 15%	91.336	104.194
Efeito da CSL	196.062	231.260
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	7.188	7.651
Total do efeito da CSL	203.250	238.911
Total	528.280	575.869
Circulante	190.889	265.244
Não circulante	337.391	310.625

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda			
Saldos em 31/12/2017	312.303	24.655	-
Constituição	232.338	-	-
Realização	(242.682)	(3.559)	-
Efeito líquido no resultado	(10.344)	(3.559)	-
Outras	1.976	-	-
Saldos em 31/12/2018	303.935	21.096	-
Contribuição Social			
Saldos em 31/12/2017	213.841	17.419	7.651
Constituição	139.341	-	-
Realização	(173.797)	(1.929)	-
Efeito líquido no resultado	(34.456)	(1.929)	-
Outras	1.187	-	-
Saldos em 31/12/2018	180.572	15.490	7.651
Total		528.744	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 94.547 (R\$ 94.363 em dezembro de 2017) e estão ativados com realização prevista até 2026.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 3.059/02 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Dez / 2018	Dez / 2017
2018	-	-	-	-	-	274.026
2019	119.264	71.507	1.023	72.530	191.794	93.224
2020	67.580	40.447	621	41.068	108.648	55.214
2021	41.600	25.002	1.598	26.600	68.200	22.912
2022	8.797	6.081	3.805	9.886	18.683	130.353
2023	87.789	53.025	141	53.166	140.955	140
Total	325.030	196.062	7.188	203.250	528.280	575.869
Valor Presente	267.246	166.705			434.669	476.165

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02, Instrução Normativa SRF nº 213/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2018 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

Créditos tributários ativados

A MP nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169/15, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do setor financeiro de 15% para 20% do lucro tributável, no período de setembro de 2015 a dezembro de 2018. Como decorrência, houve a atualização de créditos tributários constituídos sobre adições temporárias que se tornaram dedutíveis dentro do período de vigor da referida alíquota majorada, em conformidade com o § 2º do artigo 1º da Circular Bacen nº 3.171/02.

8.2. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Depósitos recursais trabalhistas	29.691	26.761
Depósitos judiciais trabalhistas	76.422	85.258
Depósitos judiciais fiscais	88.080	95.642
Depósitos de ações cíveis	21.805	20.146
Total – Não circulante	215.998	227.807

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 12.4.b).

8.3. Impostos a compensar

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
COFINS – Lei nº 9.718/98 ^(I)	7.571	7.370
Contribuição social ^(II)	1.252	5.160
Imposto de renda pessoa jurídica ^(III)	1.445	11.047
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.699	3.728
PIS/COFINS ^(III)	1.349	1.277
Antecipação IRPJ/CSLL	1.321	205
PERT ^(IV)	3.873	4.204
Outros	-	8
Total	20.510	32.999
Circulante	6.874	23.158
Não circulante	13.636	9.841

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e

reconheceu o crédito no montante de R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (Vide notas nº 5.1. e 9.2. (V)).

^(II) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

^(III) Refere-se, basicamente, à recuperação dos tributos COFINS e PIS, da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., recolhidos a maior sobre receitas que não se enquadram no conceito de receita bruta, de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, com redação dada pela Lei nº 12.973/14.

^(IV) Refere-se a créditos tributários, adquiridos de controladas, a serem utilizados na liquidação de tributos, em conformidade com o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de que trata a Lei nº 13.496/2017 (vide nota nº 21.e.).

8.4. Pagamentos a ressarcir

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Finsocial ^(I)	-	6.699
Créditos de previdência social ^(II)	290	550
CSLL ^(III)	-	1.044
PIS	-	538
COFINS	980	957
FGTS	506	473
Outros	266	826
Total	2.042	11.087
Circulante	772	2.343
Não circulante	1.270	8.744

^(I) Os créditos relativos ao Finsocial decorrem de decisão judicial transitada em julgado da controlada Mercantil do Brasil Financeira S.A., que considerou improcedente o recolhimento desta contribuição, condenando a União a devolver às empresas controladas do Banco os valores recolhidos, atualizados monetariamente. No período, referido crédito foi reclassificado para a rubrica “Títulos e créditos a receber”, na modalidade de precatórios (vide nota nº 8.5.).

^(II) Os créditos de previdência social são decorrentes de ação judicial com decisão favorável transitada em julgado da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., relativos a recolhimentos de INSS sobre pró-labore e sobre comissões pagas aos autônomos. Em julho de 2010, o referido crédito foi ajustado de acordo com valor do Requisitório de Pagamento emitido, em 28/06/2010, pela 5ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais.

^(III) Refere-se ao crédito de CSL, de outubro de 2002, habilitado junto à Receita Federal do Brasil, no primeiro semestre de 2017, compensados em 2018.

Créditos a recuperar *sub judice*

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 19.508 (R\$ 19.599 em dezembro de 2017).

8.5. Títulos e créditos a receber

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Cartão de crédito ^(I)	72.144	74.864
Créditos a receber ^(II)	171.315	-
Precatórios	24.101	37.845
Direitos creditórios	35.702	35.702
Títulos de capitalização	9.674	18.145
Outros	9	16
Total	312.945	166.572
Circulante	287.151	94.745
Não circulante	25.794	71.827

^(I) Referem-se aos valores devidos pelos clientes referentes às compras efetuadas em cartões de crédito. Os respectivos valores a serem repassados para a administradora de cartão estão registrados em conta do passivo (vide nota nº 12.5.).

^(II) Em dezembro de 2018, referem-se, basicamente, a valores a liquidar por instituição cessionária, após a transferência do domicílio bancário das operações cedidas, referentes às cessões de créditos, sem retenção de riscos, ocorridas no período.

8.6. Rendas a receber

Refere-se, basicamente, ao reconhecimento de crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. O ajuste refere-se a desfecho favorável, em 2013, em ação judicial através da qual a Cia de Seguros Minas Brasil discutia com a União Federal sua condição de não contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decidida anteriormente em outra ação judicial transitada em julgado.

8.7. Devedores diversos

Refere-se, basicamente, às parcelas de Cartão de Crédito Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS. Em 2017, refere-se também a baixa de parcelas de crédito consignado que foram quitadas através de desconto em folha de pagamento e que aguardavam o repasse dos recursos financeiros pelo respectivo Estado.

9. OUTROS VALORES E BENS

9.1. Outros valores e bens

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Imóveis - dação em pagamento	368.890	306.415
Veículos e afins	239	741
Material em estoque	1.816	1.488
Outros bens não de uso	71	3
Total – Circulante	371.016	308.647

9.2. Despesas antecipadas

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Comissão sobre originação de operações de crédito ^(I)	5.920	31.954
Comissão sobre originação de operações de crédito – Circular Bacen nº 3.693/13 ^(II)	2.892	1.310
Custo de serviço de preparação de documentos e digitação de proposta de negócios ^(III)	281	909
Custos diferidos captações internas e no exterior ^(IV)	734	1.768
Custo seguro garantia – fiança ^(V)	58.277	25.285
Demais despesas antecipadas ^(VI)	2.238	1.473
Total	70.342	62.699
Circulante	31.199	29.666
Não circulante	39.143	33.033

^(I) Referem-se, basicamente, às comissões sobre operações de crédito originadas antes da entrada em vigor da Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente pelo prazo das respectivas operações de crédito, em conformidade com as normas vigentes. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 31 de dezembro de 2018, o montante R\$ 19.306 (R\$ 40.252 em dezembro de 2017). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

^(II) Referem-se, basicamente, às comissões de originação de operações de crédito realizadas a partir de 01/01/2015, conforme Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente, no prazo máximo de 36 meses da data da realização das respectivas operações de crédito, observado o prazo máximo de 31/12/2019. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 5.103 (R\$ 3.675 em dezembro de 2017). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

^(III) Refere-se ao custo de preparação de documentos e implantação de propostas dos negócios gerados por correspondentes no País, para operações originadas até dezembro de 2014, cuja apropriação das despesas é realizada mensalmente de acordo com os prazos dos contratos, no subgrupo “Outras Despesas Administrativas”, que atingiram até dezembro de 2018 o montante de R\$ 628 (R\$ 1.404 em dezembro de 2017). Os custos relacionados aos créditos cedidos são apropriados integralmente no resultado.

^(IV) Trata-se de custos originados no processo de captação de recursos internos e no exterior, com apropriação pelos respectivos prazos dos títulos emitidos, seguindo o regime de competência contábil.

^(V) Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

^(VI) Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10. ATIVO PERMANENTE

10.1. Investimentos

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	EMPRESAS				TOTAL
	MBIA	MACS	MBACSPP	MBEI	
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Dezembro de 2018					
Capital social	28.937	4.853	16.113	43.000	92.903
Patrimônio líquido antes dos dividendos	32.646	7.064	49.183	74.972	163.865
Total de ações	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100	76,07	100	100	-
Lucro societário do período	(692)	115	10.502	205	10.130
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(23)	(2.695)	(54)	(2.772)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(830)	88	10.136	29	9.423
Equivalência patrimonial	(692)	88	10.502	205	10.103
Ajuste da equivalência patrimonial - COSEFI	(138)	-	(366)	(176)	(680)
Ajuste de investimentos	(4.659)	-	(12.414)	(5.955)	(23.028)
Valor dos investimentos	27.987	5.351	34.074	68.963	136.375

Descrição	EMPRESAS				
	MBIA	MACS	MBACSPP	MBEI	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Dezembro de 2017					
Capital social	28.937	4.853	16.113	43.000	92.903
Patrimônio líquido antes dos dividendos	33.338	7.004	42.342	74.913	157.597
Total de ações	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100	76,07	100	100	-
Lucro societário do período	(4.223)	283	14.010	570	10.640
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(55)	(3.662)	(146)	(3.863)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(4.276)	216	13.868	502	10.310
Equivalência patrimonial	(4.223)	216	14.010	570	10.573
Ajuste Equiv. Patrimonial Res. 2º semestre de 2017 ⁽ⁱ⁾	(53)	-	(142)	(68)	(263)
Ajuste de investimentos ⁽ⁱ⁾	(4.503)	-	(12.001)	(5.757)	(22.261)
Valor dos investimentos	28.782	5.286	26.537	68.942	129.547
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.					
(2) Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (Controlada Indireta)					
(3) Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.					
(4) Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.					

⁽ⁱ⁾ Refere-se a parcela do investimento da subsidiária COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros que voltou a fazer parte do Conglomerado Prudencial, passando a integrar as participações em sociedades controladas financeiras, tendo em vista a alteração de atividade e da denominação social.

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, - Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352.

10.2. Imobilizado de uso

A movimentação dos bens do imobilizado de uso, líquidos da depreciação, é como segue:

Descrição	Dez / 2017	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2018
			Entradas	Saídas		
Imobilizado em estoque	5.998	13.448	-	(14.007)	-	5.439
Imóveis de uso	27.138	30	-	-	(8.907)	18.261
Instalações	74.040	10.742	-	-	(4.050)	80.732
Móveis e equipamentos de uso	45.601	4.383	466	-	(1.756)	48.694
Sistema de comunicação	5.093	256	192	-	(90)	5.451
Sistema de processamento de dados	58.353	5.343	13.068	-	(788)	75.976
Sistema de segurança	5.547	519	281	-	(58)	6.289
Sistema de transporte	37	-	-	-	-	37
(-) Depreciação	(93.120)	(24.167)	-	-	5.992	(111.295)
Total	128.687	10.554	14.007	(14.007)	(9.657)	129.584

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 134 (R\$ 142 em dezembro de 2017) (vide nota nº 13.3.).

10.3. Intangível

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

Descrição	Dez / 2017	Adições	Transferências		Baixas	Dez / 2018
			Entradas	Saídas		
Software	111.583	21.391	10.209	(10.209)	(8.878)	124.096
Intangíveis em uso	104.210	11.169	10.209	-	(8.839)	116.749
Intangíveis em desenvolvimento	7.373	10.222	-	(10.209)	(39)	7.347
(-) Amortização	(71.628)	(13.737)	-	-	8.770	(76.595)
Total	39.955	7.654	10.209	(10.209)	(108)	47.501

11. CAPTAÇÕES

11.1. Depósitos

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2018	Dez / 2017
Indeterminado	274.369	194.471	-	1.145	469.985	441.006
Até 30 dias	-	-	-	30.919	30.919	153.566
De 31 a 60 dias	-	-	-	66.488	66.488	35.478
De 61 a 90 dias	-	-	-	44.036	44.036	53.449
De 91 a 180 dias	-	-	-	324.846	324.846	313.099
De 181 a 360 dias	-	-	28.060	569.197	597.257	384.902
Acima de 360 dias	-	-	18.079	5.189.755	5.207.834	5.095.098
Total	274.369	194.471	46.139	6.226.386	6.741.365	6.476.598
Circulante	274.369	194.471	28.060	1.036.631	1.533.531	1.381.500
Não circulante	-	-	18.079	5.189.755	5.207.834	5.095.098

11.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Dez / 2018	Dez / 2017
Até 30 dias	5.820	-	-	5.820	3.537
De 31 a 60 dias	19.468	283	-	19.751	13.933
De 61 a 90 dias	10.939	472	-	11.411	107.826
De 91 a 180 dias	106.461	15.619	-	122.080	165.381
De 181 a 360 dias	55.128	1.708	882	57.718	105.693
Acima de 360 dias	-	5.811	15.624	21.435	140.654
Total	197.816	23.893	16.506	238.215	537.024
Circulante	197.816	18.082	882	216.780	396.370
Não circulante	-	5.811	15.624	21.435	140.654

11.3. Outras obrigações – Dívidas Subordinadas

São compostas como segue:

Papal	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Saldos em US\$ mil		Saldos em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			Dez / 2018	Dez / 2017	Dez / 2018	Dez / 2017
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	3º/2010	3º/2020	US\$ 250.000	9,63% a.a.	139.616	163.252	540.901	539.940
Total					139.616	163.252	540.901	539.940
Circulante					6.906	8.003	26.757	26.469
Não circulante					132.710	155.249	514.144	513.471

⁽¹⁾ Em julho de 2010, o Banco emitiu tranche do Tier II, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota nº 14.). Em 2015, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido de US\$ 250.000 para US\$ 155.383 devido a recompras realizadas que levaram em consideração a existência de excesso de margem não utilizada da referida emissão externa para fins de enquadramento de limites operacionais, as condições vantajosas para recompra dos títulos e os objetivos estratégicos da Instituição.

Em outubro de 2018, o Banco, após autorização do Banco Central do Brasil, lançou nova oferta de recompra parcial de referidos títulos, que alcançou o montante de até US\$ 20.843, em conformidade com os objetivos estratégicos da Instituição e com observância das normas que regem o assunto. Após a recompra, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido para US\$ 134.540, em novembro de 2018. Referido saldo é objeto de *hedge accounting*, conforme nota nº 5.2.

Maiores informações no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

11.4. Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papal	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Dez / 2018	Dez / 2017
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ⁽¹⁾	3º / 2016	3º / 2023	30.293	30.935	31.054
	3º / 2016	4º / 2023	7.258	7.388	7.411
	4º / 2016	4º / 2023	50.837	51.922	54.538
	1º / 2017	1º / 2024	16.883	19.630	18.417
	1º / 2017	2º / 2024	300	305	306
	2º / 2017	2º / 2024	21.417	23.049	22.249
	2º / 2017	3º / 2024	2.100	2.353	2.207
	3º / 2017	3º / 2024	6.690	7.314	6.911
	3º / 2017	4º / 2024	6.775	6.899	6.928
	4º / 2017	4º / 2024	61.447	64.780	62.288
	4º / 2017	1º / 2025	600	635	600
	1º / 2018	1º / 2025	12.522	13.130	-
	1º / 2018	2º / 2025	800	847	-
	2º / 2018	2º / 2025	16.202	16.818	-
	2º / 2018	3º / 2025	2.980	3.102	-
	3º / 2018	3º / 2025	20.795	21.367	-
4º / 2018	4º / 2025	15.073	15.242	-	
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar ^(II)	2º / 2018	Perpétua	300	317	-
	4º / 2018	Perpétua	4.000	4.009	-
Total				290.042	212.909
Circulante				8.142	5.289
Não circulante				281.900	207.620

⁽¹⁾ Letra Financeira Subordinada - Nível II - possuem emissão indexada entre 120% a 130% da taxa CDI.

^(II) Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar - possui emissão indexada entre 145% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 283.206 (R\$ 190.120 em dezembro de 2017).

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais a pagar no montante de R\$ 3.314 (R\$ 4.864 em dezembro de 2017).

12.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar aos empregados e juros sobre capital próprio, referentes aos exercícios de 2018 e 2017.

12.3. Fiscais e previdenciárias

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.891	-
Provisão para impostos e contribuições sobre os lucros	18	-
Outros impostos e contribuições a recolher	28.674	27.680
Provisão para imposto de renda diferido	3.201	640
Total	33.784	28.320
Circulante	33.772	28.308
Não circulante	12	12

12.4. Provisão e passivos contingentes

a) Provisão para outros passivos

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Provisões para riscos fiscais	114.150	109.295
Provisões para processos trabalhistas	121.534	117.140
Provisões para processos cíveis	32.577	40.325
Outras	324	309
Total – Não circulante	268.585	267.069

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
COFINS ^(I)	13.684	13.063
CSL ^(II)	13.829	13.572
INSS ^(III)	63.146	60.823
PIS ^(IV)	8.343	8.213
ISS ^(V)	14.927	13.268
Outros	221	356
Total – Não circulante	114.150	109.295

^(I) Refere-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros.

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2017	109.295	117.140	40.325
Constituição / (Reversão)	75	27.758	26.835
Atualização Monetária	3.041	9.667	1.202
Liquidações	(95)	(33.031)	(35.785)
Atualização de Depósitos	1.834	-	-
Saldos em 31/12/2018	114.150	121.534	32.577
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.2.)	88.080	106.113	21.805

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 1.074 (R\$ 1.047 em dezembro de 2017). As ações tributárias totalizaram R\$ 10.698 (R\$ 9.698 em dezembro de 2017).

Além das ações contingentes, de naturezas cíveis e tributárias, acima referidas, o Banco estava sujeito ao pagamento de possíveis indenizações fixadas no Contrato de Alienação Societária da Cia de Seguros Minas Brasil, atual Zurich Participações e Representações Ltda, relativamente a reembolso de sinistros ocorridos e pendentes de pagamento à época do fechamento do negócio. Para solucionar tais questões, o Banco, em atenção ao que prevê o contrato e após notificações encaminhadas, entendeu por bem instaurar Procedimento de Arbitragem junto à Câmara de Comércio Brasil-Canadá. No segundo semestre de 2015, as partes transacionaram e chegaram a um acordo em relação à totalidade da controvérsia objeto do procedimento arbitral, cuja provisão, em dezembro de 2018, monta em R\$ 1.497 (R\$ 2.579 em dezembro de 2017).

12.5. Credores diversos - País

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Sistema de cartão de crédito ^(I)	82.000	79.273
Provisão para despesas administrativas	46.524	31.196
Operações de crédito consignado a processar	-	502
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	5.191	8.597
Outros	30.636	25.115
Total – Circulante	164.351	144.683

^(I) Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O Capital social é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

a) Capital social – de domiciliados no país

Ações	Dez / 2018		Dez / 2017	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	32.577.872	306.232	26.262.082	246.864
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	52.415.790	492.708	46.100.000	433.340
Ordinárias – Aumento de Capital Realizado	-	-	6.315.790	59.368
Total	52.415.790	492.708	52.415.790	492.708
Valor nominal em reais	9,40		9,40	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social, no valor de R\$ 60.000, mediante subscrição privada de 6.315.790 novas ações ordinárias escriturais, ao preço de emissão de R\$ 9,50 por ação, com valor nominal de R\$ 9,40 por ação, sendo R\$ 59.368 incorporados ao capital social e R\$ 632 registrados em Reserva de Capital, até posterior deliberação. Esse aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 17 de agosto de 2018, em conformidade com as normas que regem o assunto. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

13.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros são como segue:

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Reserva de capital ^(I)	43.375	43.375
Reservas de lucros	278.485	240.003
Reserva legal ^(II)	64.841	62.171
Reservas estatutárias ^(III)	213.644	177.832

^(I) São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações e de subvenções para investimentos.

^(II) Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

^(III) Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 7% para o Banco Mercantil de Investimentos e 6% para as demais instituições do Conglomerado Prudencial sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 90% do lucro líquido para o Banco Mercantil do Brasil S.A e 70% para as demais instituições do Conglomerado Prudencial, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No exercício de 2018, foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 14.929 (R\$ 13.163 em dezembro de 2017), correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 12.690 (R\$ 11.189 em dezembro de 2017), cabendo às ações ordinárias R\$ 0,046076 (R\$ 0,00 em dezembro de 2017) e às ações preferenciais R\$ 0,564000 (R\$ 0,564000 em dezembro de 2017) por ação, líquido do imposto de renda. O benefício fiscal gerado foi de R\$ 6.718 (R\$ 5.923 em dezembro de 2017).

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Lucro líquido dos exercícios	53.403	26.244
Realização de reservas de reavaliação	8	9
Provisão Garantias Financeiras Prestadas - Resolução nº 4.512/13	-	(2.113)
Total a ser destinado	53.411	24.140
Reserva legal	2.670	1.313
Reservas estatutárias	35.812	9.664
Para aumento de capital	32.231	8.698
Para dividendos futuros	3.581	966
Juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo:	14.929	13.163
Valor líquido	12.690	11.189
Imposto de renda na fonte	2.239	1.974

13.3. Reservas de reavaliação

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, da Instrução CVM nº 469/08, o Banco e Controladas optaram por manter, até a sua efetiva realização, os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, inclusive as reavaliações reflexas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial. Atualmente, o saldo da reserva de reavaliação oriunda das reavaliações refere-se aos imóveis da controlada Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., que monta em R\$ 134 (R\$ 142 em dezembro de 2017).

14. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,625% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, até dezembro de 2018 e 8,0% a partir de janeiro de 2019. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% a partir de janeiro de 2015; e de Capital Principal de 4,5% desde outubro de 2013. Para 2019, ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 2,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	966.858	980.021
b) Patrimônio de Referência Nível I	628.549	589.624
b.1) Capital Principal – CP	627.227	588.372
b.2) Ajuste Participações de não controladores Nível I	1.322	1.252
c) Patrimônio de Referência Nível II	338.309	390.397
c.1) Dívidas Subordinadas/LFs Subordinadas	336.969	388.728
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.340	1.669
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	6.077.526	6.557.717
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	4.922.712	5.447.023
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	7.833	1.354
d.3) RWA Para Risco Operacional Por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	1.146.981	1.109.340
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 9,250% até janeiro 2017 e 8,625% a partir de janeiro 2018)	524.187	606.589
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	442.671	373.432
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0% desde janeiro de 2015)	364.652	393.463
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	263.897	196.161
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o Rwa (i = d x 4,5%)	273.489	295.097
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	353.738	293.275
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	30.229	26.696
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o Rwa e para R_{ban} (l = e + k)	554.416	633.285
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	412.442	346.736
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 1,250% no ano de 2017 e 1,875% a partir de janeiro de 2018)	113.954	81.971
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	15,91	14,94
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	10,34	8,99
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	10,32	8,97

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 22,71% (22,73% em dezembro de 2017).

14.1. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site, www.mercantildobrasil.com.br, na área de Relação com Investidores (RI).

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

15.1. As transações com as partes relacionadas são realizadas com os prazos, condições e taxas aplicáveis em conformidade e condições gerais de mercado, considerando ausência de risco.

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS				
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Valores a receber de ligadas	Dividendos / JCP a pagar	Depósitos Totais	Recursos de aceites e emissão de títulos	Operações compromissadas	Outras Obrigações
Dezembro de 2018							
Banco Mercantil de Investimentos S.A. (I)	-	155	594	1.828	-	32.999	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(I)	-	13	-	655	-	9.446	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ^(I)	-	3	-	530	-	3.918	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ^(I)	20.027	336	5.044	1.279	-	2.895	-
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ^(I)	-	2	-	3.706	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(I)	-	8	-	13.007	-	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ^(I)	-	35	2.695	32.646	-	-	-
SANSA –Negócios Imobiliários S.A. ^(I)	-	-	-	411	-	-	-
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^(I)	-	10	-	22.567	-	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(I)	-	3	54	4.059	-	-	6
Outros ^(II)	-	-	1.379	52.793	13.232	-	317
Total	20.027	565	9.766	133.481	13.232	49.258	323
^(I) Controladas direta e indiretamente							
^(II) Controladores e pessoal chave da administração							

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS				
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Valores a receber de ligadas	Dividendos / JCP a pagar	Depósitos Totais	Recursos de aceites e emissão de títulos	Operações compromissadas	Outras Obrigações
Dezembro de 2017							
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ^(I)	-	176	458	23.860	-	1.486	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(I)	-	15	229	81	-	11.719	1.513
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ^(I)	-	3	-	31	-	4.118	285
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ^(I)	390.507	390	6.687	1.693	-	26.032	1.867
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ^(I)	-	2	-	3.165	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(I)	-	23	-	15.482	-	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ^(I)	-	31	3.662	24.924	-	-	-
SANSA –Negócios Imobiliários S.A. ^(I)	-	1	-	769	-	-	-
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^(I)	-	10	-	21.830	-	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(I)	-	3	146	4.197	-	-	9
Outros ^(II)	-	-	222	39.549	6.815	-	-
Total	390.507	654	11.404	135.581	6.815	43.355	3.674
^(I) Controladas direta e indiretamente							
^(II) Controladores e pessoal chave da administração							

Receitas / (Despesas)				
Empresas	Dez / 2018		Dez / 2017	
	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ^(I)	(988)	1.213	(1.698)	1.216
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(I)	(712)	154	(1.004)	281
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ^(I)	(271)	32	(428)	55
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ^(I)	14.530	4.240	31.730	4.650
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ^(I)	(195)	25	(160)	23
Mercantil do Brasil Leasing S.A. ^(I)	-	-	(1.273)	146
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(I)	(847)	112	(1.303)	169
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ^(I)	(1.653)	401	(2.565)	534
SANSA - Negócios Imobiliários S.A. ^(I)	(29)	4	(75)	10
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^(I)	(1.375)	121	(914)	86
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(I)	(250)	(76)	(530)	(33)
Outros ^(II)	(4.119)	-	(3.580)	-
Total	4.091	6.226	18.200	7.137
^(I) Controladas direta e indiretamente				
^(II) Controladores e pessoal chave da administração				

15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco implantou, desde 2012, Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Até 31 de dezembro de 2018, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em fundo exclusivo de ações**

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	25.116	24.586
Remuneração fixa	23.685	22.876
Participação estatutária	1.431	1.710
Pagamento em reais - curto prazo	963	855
Pagamento em cotas de fundo de ações do MB - longo prazo	468	855

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.596/17.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2018, o grupo patrocinador mantinha 23 (26 em dezembro de 2017) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 554 (567 em dezembro de 2017) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 1.231 (R\$ 1.343 em dezembro de 2017).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 5,7375% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 4,17% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 9,3712% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de dezembro de 2018, elaborado com base nas demonstrações financeiras até novembro de 2018, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Obrigação de benefício definido	(41.012)	(38.831)
Valor justo do ativo do plano	14.557	16.876
Déficit Líquido	(26.455)	(21.955)

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avalia o Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolu o CMN n  4.424/15, cujo saldo monta em R\$ 13.764 (R\$ 9.565 em 31 dezembro de 2017).

Reconcilia�o do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2017	16.876
Juros sobre o valor justo do ativo	1.560
Fluxos de caixa	(4.614)
Benefício pago pelo plano	(3.854)
Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	(760)
Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	735
Rendimento do valor justo do ativo do plano	735
Saldo em 31/12/2018	14.557

Reconcilia�o da obriga�o de benefício definido	
Saldo em 31/12/2017	(38.831)
Custo do serviço	(3)
Custo do serviço corrente bruto	(3)
Custo dos juros	(3.589)
Fluxos de caixa	3.853
Benefícios pagos líquidos de contribui�es de assistidos	3.853
Redimensionamento da obriga�o	(2.442)
Efeito da altera�o de premissas financeiras	(1.204)
Efeito da experiência do plano	(1.238)
Saldo em 31/12/2018	(41.012)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	44.178
Premissa da análise	4,76%
2. Taxa real de desconto +1,0%	38.238
Premissa da análise	5,76%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	41.872
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	37.342
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange   exposi o a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de infla o - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de infla o, sendo que um aumento da infla o poderá levar a obriga es mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial   calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

17. RESULTADO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

17.1. Rendas de operações de crédito

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Rendas de empréstimos e títulos descontados	1.873.994	2.086.434
Rendas de financiamentos	23.939	25.447
Rendas de financiamentos rurais	36.066	14.791
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	94.702	94.020
Total	2.028.701	2.220.692

17.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Depósitos	365.646	606.763
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	41.269	71.324
Operações compromissadas	9.924	25.808
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	141.164	63.885
Outras	10.182	16.858
Total	568.185	784.638

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da variação cambial ocorrida no período.

18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Administração de fundos de investimentos	1.426	1.871
Cartão de crédito	6.827	8.630
Cobrança	8.190	9.897
Custódia	471	480
Garantias prestadas	2.508	3.344
Outros serviços	8.527	8.304
Rendas de serviços prestados a ligadas	576	848
Comissão de seguro	33	29
Serviços de arrecadação	2.103	2.174
Serviços prestados	6.612	4.418
Tarifas bancárias – conta corrente	216.244	205.500
Total	253.517	245.495

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	24.536	23.793
Proventos de funcionários	188.784	183.859
Benefícios	68.909	65.233
Encargos sociais	74.780	77.537
Indenizações	23.289	33.268
Contingências	15.593	19.169
Total	395.891	402.859

Os gastos com a remuneração dos administradores foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e são compostos como segue:

Empresas	Data da aprovação	Valores R\$ mil
Banco Mercantil do Brasil S.A.	20/04/2018	23.817
Mercantil do Brasil Financeira S.A.	24/04/2018	4.087
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	24/04/2018	5.363
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	30/04/2018	1.500
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	30/04/2018	100
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	30/04/2018	500

18.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Água, energia e gás	9.815	9.566
Aluguéis	62.364	60.165
Amortização e depreciação	37.905	32.364
Arrendamento de bens	9.738	14.386
Comunicações	12.229	9.962
Materiais, manutenção e conservação de bens	21.090	21.459
Processamento de dados	68.731	66.390
Propaganda e publicidade	7.444	6.094
Publicações	1.959	1.955
Serviços de terceiros	171.901	180.012
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	73.832	184.572
Serviços do sistema financeiro	14.532	14.663
Transportes	23.728	16.767
Outras despesas administrativas	32.997	27.770
Total	548.265	646.125

18.4. Despesas tributárias

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
ISSQN	13.182	13.722
COFINS	77.868	86.686
PIS	12.654	14.087
Outros tributos	6.928	6.392
Total	110.632	120.887

18.5. Variações monetárias ativas

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
COFINS / FINSOCIAL	283	626
Contribuição Social / Imposto de Renda	740	1.009
INSS	26	54
Precatórios a receber	1.525	3.527
Atualização de depósitos judiciais	7.162	7.784
Variação cambial de ativos no exterior	-	2.983
Outros	322	1.287
Total	10.058	17.270

18.6. Outras receitas

Referem-se, substancialmente, a outras rendas de cessão de crédito, ressarcimento de custos de portabilidade decorrente de operações de créditos transferidas para outras instituições financeiras, ajuste contábil de precatórios e remuneração adicional referente contrato de distribuição de seguros.

Em 2017 referem-se, também, à atualização de valores recebidos decorrentes da restituição do cancelamento do aumento de capital na controlada BMI.

18.7. Descontos concedidos

Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial no período.

18.8. Despesas de caráter eventual

Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

18.9. Outras despesas

Referem-se, substancialmente, a despesas incorridas, decorrentes do direito de pagamento de benefícios previdenciários realizados aos aposentados e pensionistas no montante de R\$ 125.086 (R\$ 99.968 em dezembro de 2017), despesas compensatórias sobre repasses de recursos para pagamentos de benefícios do INSS no montante de R\$ 7.270 (R\$ 12.648 em dezembro de 2017); eventuais glosas de recebimento de operações de crédito consignado no montante de R\$ 11.747 (R\$ 5.510 em dezembro de 2017) e despesas de portabilidade decorrentes de operações de crédito recebidas de outras instituições financeiras no montante de R\$ 7.723 (R\$ 1.587 em dezembro de 2017).

Em 2017, contempla, também, as despesas incorridas pela controlada BMI, no montante de R\$ 24.496, decorrentes de restituição das quantias integralizadas pelos subscritores, com a remuneração dos títulos investidos, em cumprimento às disposições do artigo 3º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 2.027/93, tendo em vista que o respectivo aumento de capital foi indeferido pelo Banco Central do Brasil.

19. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	Dez / 2018	Dez / 2017
Prejuízos na alienação de valores e bens	(21.016)	(33.307)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(42.015)	(15.136)
Outras	(1.552)	(1.053)
Total	(64.583)	(49.496)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Dez / 2018		Dez / 2017	
	IR	CSL	IR	CSL
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	135.044	135.044	71.000	71.000
(-) Participações dos empregados no lucro	(9.258)	(9.258)	(7.762)	(7.762)
Base de cálculo	125.786	125.786	63.238	63.238
Alíquota nominal	25%	20%	25%	15%
Receita / (Despesa) nominal	(31.447)	(25.157)	(15.810)	(9.486)
Ajustes à despesa nominal referentes:	7.572	(18.247)	5.674	(14.124)
Efeito de dedução de juros sobre o capital próprio	4.145	3.316	3.634	2.181
Resultado de participações em coligadas e controladas	2.356	1.885	(2.577)	(1.546)
Despesas indedutíveis	(1.728)	(697)	(1.891)	(492)
Outras adições / exclusões permanentes	2.915	2.713	6.039	3.995
Outras diferenças temporais	(116)	(247)	(44)	(900)
Ajuste de investimento no exterior	-	-	513	308
Efeito tributário da CSL – Lei nº 13.169/15	-	(25.217)	-	(17.670)
Constituição/(Realização) de créditos tributários ativados	-	(25.217)	-	(17.670)
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	844	-	268	-
(Despesa) com IRPJ e CSL	(23.031)	(43.404)	(9.868)	(23.610)
Total	(66.435)		(33.478)	

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas monta em R\$ 172.785 (R\$ 194.253 em dezembro de 2017).

b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 251.781 (R\$ 251.854 em dezembro de 2017).

c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

e) Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) – em outubro de 2017 o Banco e empresas controladas aderiram ao PERT instituído pela MP nº 783/17 - Lei nº 13.496/17 com o objetivo de aproveitar condições especiais de liquidação de débitos tributários, vencidos até 30 de abril de 2017, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSL existentes até dezembro de 2015, com efeito líquido negativo no resultado em R\$ 1.448.

f) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Resolução CMN nº 4.636/18 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Resolução CMN nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.
Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Não há previsão de quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN nº 3.853/10 e a Carta Circular Bacen nº 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

O Banco Mercantil do Brasil S.A disponibilizará em 29 de março de 2019 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2018 no site www.mercantildobrasil.com.br, na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2018 as reconciliações entre o resultado e patrimônio líquido são consistentes com aquelas apresentadas no mesmo padrão das demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2017.

22. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Mercantil do Brasil gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e do capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, *Compliance* e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, é apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos

principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Conglomerado é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito e Gestão de Crédito, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no Mercantil do Brasil contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Mercantil do Brasil tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

O grupo Mercantil dispõe também de Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades e procedimentos para tratar as situações extremas.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece estatísticas de entrada e saída dos produtos ativos e passivos.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, Letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição. O Mercantil do Brasil possui, também,

Plano de Contingência de Liquidez contendo estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

O modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e do cálculo do valor em risco V@R, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Também é realizado o *back-test*, que consiste na averiguação de uma amostra de retornos da ocorrência de um número de perdas superiores ao V@R, conforme o nível de confiança escolhido.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação das áreas e processos críticos para controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles e direcionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação e avaliação dos riscos e, dos controles e a estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil. A partir das perdas identificadas são gerados planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios

de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes relacionadas ao negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Mercantil do Brasil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.

RODRIGO ALEXANDER PIZZANI QUEIROZ
Diretor Executivo

ANDERSON GUEDES INOCÊNCIO
Contador CRC MG nº 077029/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido consolidado prudencial e dos fluxos de caixa consolidado prudencial para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidado prudencial para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 20 de fevereiro de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 28 de março de 2019.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2